

Projecto-Resolução n.º 379/XV/1ª

Recomenda ao Governo que proceda à atualização salarial dos professores e correspondência com os elevados níveis de exigência que a profissão docente implica

Exposição de motivos

Há cada vez menos professores, da educação pré-escolar ao ensino superior, é uma realidade incontornável. As razões estão há muito identificadas, e para milhares de docentes, vítimas diretas das más opções políticas que não resolvem o problema da precariedade laboral, a solução passa por deixar a profissão em definitivo.

Os indicadores¹, mostram-nos isso mesmo. Se em 2010 tínhamos quase 180.000 docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, em 2021 temos pouco mais de 150.000. Uma perda de aproximadamente 30.000 docentes, que se estima dividir-se entre aposentações e desistências. Citando o secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, "(...) entre 10 a 12 mil professores abandonaram a profissão na última década, porque não saíram da precariedade (...) muitos destes docentes tinham mais de uma década de experiência em sala de aula, tinham corrido o país inteiro"².

Esta precariedade permanece há tempo demais em cima da mesa entre debates, meias medidas e tentativas de negociações, continua por resolver a regularização de vínculos laborais precários, mas sobretudo a desvalorização sem precedentes da carreira docente.

Portanto, desde professores colocados em escolas distantes a dezenas e até centenas de quilómetros da sua residência, horários incompletos, que se traduzem em salários

¹ [Portugal: Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino | Pordata](#)

² [Professores exigem fim dos vínculos precários reconhecidos pelo Governo – Observador](#)

que, muitas vezes, não permitem sequer pagar a habitação, e dificuldades em estabilizar e constituir família, somam-se as dificuldades de progressão na carreira e remunerações desadequadas do nível de exigência que a profissão exige, cada vez mais burocratizada.

A atualização salarial proposta por este Governo e que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, que apesar de prever uma variação nos valores dos vencimentos base de 52,11€ do 1º até ao 7º escalão, 55,03€ no 8º escalão, 62,58€ no 9º escalão e 68,10€ no último escalão, continua sem colmatar as assimetrias salariais relativamente a outras profissões de semelhante exigência. Na verdade, expressam aumentos entre os 3,4% e os 2%, ou seja, perda de poder de compra transversal a toda a classe, já que este aumento em percentagem é manifestamente inferior à taxa de inflação. A atualização considerada está em linha com o proposto para os restantes trabalhadores da administração pública, e em nada corrige a perda de dignificação que a profissão de docente tem vindo a sofrer.

Não se vislumbra qualquer estratégia para rejuvenescer a classe docente, dignificar a docência, reter e atrair jovens para a profissão. Os cursos da área de “Educação” foram os que registaram maior quebra de inscritos³, em 2003 formaram-se 5.621 professores, em 2021 apenas 1.593, menos 72%. A continuar esta tendência, só ingressarão nos cursos de formação inicial de professores jovens cuja nota não lhes permita o acesso a outros cursos.

A falta de professores nos diversos ciclos de ensino faz-se sentir e agrava-se a cada ano. Estimando-se que até 2030 vão sair do sistema educativo 20 mil professores e que mais de 15% dos professores do ensino público têm 60 ou mais anos de idade, é da maior importância que se inverta esta tendência, garantido aos professores estabilidade e remunerações justas.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

³ [Portugal: Diplomados nos cursos de formação de professores | Pordata](#)

Proceda à atualização salarial dos professores em correspondência com os elevados níveis de exigência que a profissão docente implica, procedendo a uma variação positiva nos valores dos vencimentos base na ordem dos 5%, aplicável a todos os escalões da carreira de docente.

Palácio de São Bento, 12 de janeiro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa